

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A. - CNPJ/MF 94.845.674/0001-30 - NIRE 43 3 0000283 7 - Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)										
A composição final dos montantes apresentados no passivo está demonstrada abaixo:										
		31/12/2016		31/12/2015						
Seguro de vida	(2.109)	(1.782)								
Plano de assistência médica e odontológica	(45.501)	(38.097)								
Multa FGTS	(1.362)	(689)								
Total	(48.972)	(40.568)								
Circulante	(5.285)	(5.032)								
Não circulante	(43.687)	(35.536)								
A movimentação dos registros de ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes durante os exercícios está apresentada abaixo:										
		Outros resultados abrangentes								
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2014			4.213							
Ganhos atuariais líquidos em 2015			4.387							
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2015			8.600							
Perdas atuariais líquidos em 2016			(7.473)							
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2016			1.127							
As principais premissas adotadas no cálculo da Companhia foram as seguintes:										
		2016		2015						
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação			11,09	11,76						
Taxa média de crescimento salarial projetada			7,10	7,10						
Taxa de inflação (longo prazo)			5,00	5,00						
Taxa de crescimento dos custos médicos			9,20	9,20						
Fator nominal de crescimento do saldo do FGTS			3,64	3,57						
Fator de capacidade dos salários e benefícios			97	97						
Premissas biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados): Tábua de mortalidade - AT 2000 Basic suavizada em 10% e segregada por sexo (*); Tábua de rotatividade - Towers Watson ajustada ao estudo de 2006; Tábua de mortalidade de inválidos - RRB 1983; Tábua de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada; % de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%; Diferença de idade entre participante e cônjuge: esposas são 4 anos mais jovens que os maridos; Idade de aposentadoria: 25 anos de tempo se serviço e 50 anos de idade. (*) Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80.										
16. Participação nos resultados: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estas participações são calculadas com base no resultado do exercício, após dedução dos prejuízos acumulados, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social, sendo retiradas sucessivamente e na ordem abaixo: a) Participação dos empregados da Companhia: Calculada em até 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários, registrados na demonstração de resultado como receita ou despesa por: equivalência patrimonial, amortização de ação ou deságio e alienação ou baixa de investimentos societários e, ainda, dos juros pagos ou recebidos pela Companhia como remuneração sobre o capital próprio. A Companhia, adicionalmente, também possui um programa de participação nos resultados baseado em objetivos e metas pré-estabelecidos, anualmente, entre empresa e empregados. b) Participação dos administradores da Companhia: Calculada, ao final do exercício, em até 10% sobre o lucro remanescente após a dedução das participações dos empregados, não podendo esta ultrapassar a remuneração global anual fixada para estes pela Assembleia Geral. Em 2016, a participação dos empregados e dos administradores nos lucros da Companhia atingiu o montante de R\$ 8.242 (R\$ 2.043 em 2015).										
17. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos). b. Reserva de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. O valor destinado para a reserva legal em 2016 foi de R\$ 3.093. c. Remuneração aos acionistas: Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S/A e de acordo com o estatuto social da Companhia. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Em 2016, os dividendos foram calculados conforme segue:										
		2016								
Lucro líquido do exercício			86.682							
(-) Reserva Legal			(3.093)							
(+) Outros resultados no exercício - realização da mais valia imobilizado			2.906							
Base de cálculo para dividendos propostos			86.495							
Dividendos mínimos propostos			(25.949)							
Sub total para destinação			60.546							
Valor do dividendo por ação ordinária:			R\$ 1,5910							
Valor do dividendo por ação preferencial:			R\$ 1,7501							
d. Ajustes de avaliação patrimonial: Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (deemed cost) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados líquida dos encargos tributários. Os demais valores que compõem a conta são referentes a variação do valor justo dos planos de benefício a empregados e ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa.										
18. Instrumentos financeiros: a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:										
		31/12/2016		31/12/2015						
		Valor		Valor						
		Recebíveis		Recebíveis						
		Justo		Justo						
Ativo										
Caixa e equivalentes de caixa	156.228	-	73.423	-						
Contas a receber de clientes	56.275	-	48.969	-						
Ganhos não realizados com derivativos	-	-	-	6.912						
Outros ativos circulantes	1.198	-	1.037	-						
	213.701	-	123.129	6.912						
		31/12/2016		31/12/2015						
		Custo		Custo						
		amortizável		amortizável						
		Justo		Justo						
Financiamentos e empréstimos	(46.591)	-	(97.572)	-						
Perdas não realizadas com derivativos	-	(3.053)	-	-						
Fornecedores	(31.602)	-	(50.995)	-						
	(78.193)	(3.053)	(148.567)	-						
b) Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito: A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:										
		Valor Contábil								
		31/12/2016		31/12/2015						
Caixa e equivalentes de caixa	156.228	73.423								
Contas a receber de clientes	56.275	48.969								
Ganhos não realizados com derivativos	-	6.912								
Outros ativos circulantes	1.198	1.037								
Total	213.701	130.341								
Todos os montantes apresentados estão relacionados ao mercado nacional, não existindo recebível em aberto no mercado externo. A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. Desta forma, não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável. c) Risco de liquidez: A seguir, estão os prazos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2016:										
		Valor		Fluxo de caixa						
		contábil		contratual						
		12 meses		2 anos		3 anos		4 até 9 anos		
31 de dezembro de 2016										
Passivos financeiros não derivativos										
Financiamentos, emprést. e debentures	55.333	58.237	49.322	8.654	160	101				
Fornecedores	31.602	31.602	31.602	-	-	-				
Total	86.935	89.839	80.924	8.654	160	101				
d) Risco cambial: Instrumentos financeiros derivativos - risco cambial: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF - "Non Deliverable Forward"). As operações abaixo referem-se a NDFs em aberto em 31/12/2016:										
		Taxa		Valor		Valor				
		Contratada		nominal em		justo em				
		RS/US\$		US\$ mil		RS 31/12/16				
NDF - Import de matéria prima	US\$	06/02/2017	3.305	18.100	(3.030)					
NDF - Import de matéria prima	US\$	02/03/2017	3.1830	18.800	(23)					
				36.900	(3.053)					
O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da DI foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima do vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa: A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a compra de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da entrada da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, que substancialmente coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2016, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais:										
		31/12/2016								
Passivo										
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)					(3.053)					
Patrimônio líquido					(3.053)					
Ajuste de avaliação patrimonial					(3.053)					
Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2016 a Companhia apresentou os seguintes valores pagos por NDF's, já reconhecidos no resultado, conforme segue:					2016					
Valores pagos					(79.862)					
Valores recebidos					32					
Total					(79.830)					
e) Risco de taxa de juros: Perfil: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:										
		Valor Contábil								
		31/12/2016		31/12/2015						
Instrumentos de taxa variável										
Ativos financeiros					155.642		73.196			
Passivos financeiros					(55.333)		(97.572)			
Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.										
		Patrimônio líquido e resultado do exercício 31/12/2016								
		Alteração na taxa de juros sobre financiamentos				553				
		Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, correspondentes aos valores contábeis apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:				31 de dezembro de 2016				
		Valor		Valor						
		contábil		contábil						
		31/12/2016		31/12/2015						
Caixa e equivalentes de caixa	156.228	156.228	156.228	156.228						
Financiamentos e empréstimos	(55.333)	(55.333)	(55.333)	(55.333)						
Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra, considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Financiamentos, empréstimos e debentures: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados por										
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras										
tente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos pro-										
cedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.										
Porto Alegre, 10 de março de 2017										
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes										
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS										
Marcelo de Figueiredo Seixas										
Contador - CRC nº 1 PR 045179/O-9										
Deloitte.										
1735240										

A Corag é patrimônio do Povo Gaúcho!

Imprensa Oficial do Estado